

Nota Informativa

PLN 10/2025

Data do encaminhamento: 11 de julho de 2025

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor de R\$ 14.224.686,00.

Prazo para emendas: Não definido até a presente data.

1. RESUMO DAS DISPOSIÇÕES

De acordo com a Exposição de Motivos (EM) nº 00030/2025 MPO, o referido crédito suplementar, no valor total de R\$ 14.224.686,00, tem o objetivo de viabilizar:

a) No Tribunal de Contas da União, a execução e o pagamento das despesas com publicidade até o final do exercício; b) Na Justiça Federal, a execução das obras de Reforma do Edifício-Sede do TRF da 5ª Região; c) Na Justiça Eleitoral, a execução de diversas reformas necessárias à manutenção e à adequação da infraestrutura física das unidades do Poder Judiciário; d) Na Justiça do Trabalho, a cobertura de despesas com a locação de mão de obra, energia elétrica, fornecimento de água e esgoto, correios, locação de imóveis, serviços de nuvem para suporte às Soluções de TIC e solução de monitoramento do Active Directory, no TRT da 17ª Região - Espírito Santo; e) No Ministério Público da União, a construção do Edifício-Sede da Procuradoria da

República de Natal – RN; e f) No Conselho Nacional do Ministério Público, o atendimento de despesas com a atuação estratégica para controle e fortalecimento do Ministério Público.

Como fonte de recursos, o projeto prevê a anulação parcial de dotações orçamentárias. Assim sendo, o PLN está de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964¹, bem como atende às prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal².

O projeto contribui positivamente para o cumprimento da "Regra de Ouro" prevista no art. 167, inciso III, da Constituição Federal, haja vista que promove a suplementação de R\$ 1.341.191,00 em despesas de capital (GND-4).

Além disso, o PLN encontra-se em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 200/2023 e com o art. 51, § 4º, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (LDO 2025), uma vez que não acarreta aumento das despesas primárias sujeitas a limites e nem compromete a meta de resultado primário estabelecida para o exercício corrente, haja vista que se restringe ao remanejamento de despesas primárias discricionárias, não alterando assim seu montante total.

Em conformidade ao art. 51, § 16, da LDO-2025, anexou-se a demonstração dos desvios entre as dotações iniciais e as dotações resultantes, referentes às reduções superiores a vinte por cento dos valores estabelecidos na Lei Orçamentária de 2025.

¹ Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, deste que não comprometidos;

(...)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

² Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Por fim, a EM ressalta que as alterações em pauta decorrem de solicitações formalizadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, e as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício atual.

2. ALTERAÇÃO PROMOVIDA NA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A tabela a seguir identifica as programações objeto do crédito especial e compara os montantes acrescidos/cancelados com o valor atualmente autorizado na Lei Orçamentária Anual.

Tabela 1 – Suplementação e Origem dos Recursos

(em R\$)

| Unidade Orçamentária / Ação | PLN nº 10/2025 | | LOA 2025 | |
|---|------------------|---------------------|-------------------|-----------------------------------|
| | Acréscimo (a) | Cancelamento (b) | Autorizado (c) | % do autorizado (a - b) / c |
| Tribunal de Contas da União | 5.300.000 | 5.300.000 | - | - |
| Publicidade Institucional e de Utilidade Pública | 5.300.000 | 0 | - | - |
| Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais | 0 | 5.300.000 | 498.784.273 | -1,06% |
| Tribunal Regional Federal da 5a. Região | 350.000 | 350.000 | - | - |
| Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União | 350.000 | 0 | - | - |
| Julgamento de Causas na Justiça Federal | 0 | 350.000 | 67.616.192 | -0,51% |
| Tribunal Regional Eleitoral do Paraná | 1.800.000 | 0 | - | - |
| Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União | 1.800.000 | 0 | - | - |
| Tribunal Superior Eleitoral | 0 | 1.800.000 | - | - |
| Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | 0 | 1.800.000 | 319.119.382 | -0,56% |
| Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco | 325.000 | 325.000 | 319.119.382 | - |
| Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União | 325.000 | 0 | - | - |

| Unidade Orçamentária / Ação | PLN nº 10/2025 | | LOA 2025 | |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|-----------------------------------|
| | Acréscimo (a) | Cancelamento (b) | Autorizado (c) | % do autorizado (a - b) / c |
| Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | 0 | 325.000 | 46.558.098 | -0,69% |
| Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte | 1.024.400 | 1.024.400 | - | - |
| Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | 1.024.400 | 0 | 0 | - |
| Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União | 0 | 1.024.400 | 1.623.000 | -63,11% |
| Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo | 1.934.077 | 0 | - | - |
| Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 1.934.077 | 0 | - | - |
| Tribunal Superior do Trabalho | 0 | 1.934.077 | - | - |
| Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 0 | 1.934.077 | 263.650.680 | -0,73% |
| Ministério Público Federal | 3.400.000 | 3.400.000 | - | - |
| Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal - RN | 3.400.000 | 0 | - | - |
| Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória da Conquista - BA | 0 | 500.000 | 4.000.000 | -12,50% |
| Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES | 0 | 2.900.000 | 3.850.000 | -75,32% |
| Conselho Nacional do Ministério Público | 91.209 | 91.209 | - | - |
| Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público | 91.209 | 0 | - | - |
| Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF | 0 | 91.209 | 143.500 | -63,56% |
| Total | 14.224.686 | 14.224.686 | | |

Fonte: Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 Volume V e PLN 10/2025.

3. REGRAS BÁSICAS PARA EMENDAMENTO DO CRÉDITO

Nos termos normativos vigentes, de acordo com os arts. 108 e 109 da Resolução 1/2006-CN, cada parlamentar poderá apresentar até dez emendas ao projeto de lei de crédito especial, no prazo regimental.

As emendas podem ampliar suplementação no Anexo I (Anexo de Suplementação) ou reduzir cancelamento no Anexo II (Anexo de Cancelamento).

Nesse sentido, sob pena de serem inadmitidas, as emendas devem observar determinadas condições. Quando tiverem a finalidade de **ampliar suplementação no Anexo I**, as emendas, cumulativamente:

1. não podem criar programação nova³, ou seja, devem propor acréscimo em programação que conste originalmente da LOA;
2. não podem aumentar o valor original do projeto de lei, devendo propor obrigatoriamente cancelamento compensatório de dotações que:
 - 2.1. constem do projeto como suplementação, isto é, o cancelamento deve ser feito em programação constante do Anexo I (não é possível a compensação com programação constante apenas do Anexo II);
 - 2.2. não sejam destinadas a despesas com pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para os entes federados, bem como àquelas que devam ser realizadas com recursos oriundos de operações de crédito internas ou externas e das respectivas contrapartidas;
3. devem contemplar exclusivamente unidades orçamentárias constantes do projeto de lei, não sendo permitido, portanto, acrescentar programações em unidades orçamentárias estranhas ao projeto, ainda que a programação já exista na LOA.

³ Considera-se programação nova aquela cuja classificação institucional (órgão e unidade orçamentária), funcional (função e subfunção) e programática (programa, ação e subtítulo) não figure originalmente na LOA.

Quando **reduzirem cancelamentos propostos no Anexo II**, as emendas devem indicar também as programações constantes do Anexo I a serem canceladas como compensação.

Brasília, 14 de julho de 2025.

DANILO BONATES FARIA

Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos